

Sarney quer primeiro-ministro em 88 nomeado por decreto-lei

BRASÍLIA — O presidente José Sarney quer iniciar 1988 governando com o auxílio de um primeiro ministro, embora pretenda manter as funções de chefe de estado e chefe de governo. Ele pretende indicar por decreto-lei um parlamentar para presidir o seu conselho de ministros, e antes ontem deu aos deputados Carlos Sant'Anna e José Lourenço, líderes do governo e do PFL, instruções para fazer à Constituinte aprovar normas nesse sentido.

"O presidente me disse que não agüenta mais carregar sozinho a responsabilidade pela administração federal. Ele quer dividir as responsabilidades com alguém, mas quer manter os poderes da presidência", disse o líder José Lourenço, esclarecendo que Sarney faz questão de deixar claro que seu sistema não é parlamentarista, mas "um neopresidencialismo". A "informação dos dois líderes está em contradição com a posição assumida há um mês pelo presidente diante do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS).

"Eu não encomendei a ninguém nenhum projeto alterando o sistema de governo", disse ele então, esclarecendo que o projeto de regime parlamentarista fabricado no gabinete do consultor geral da República, Saulo Ramos, não era encômenda sua. Mas o que Sarney quer agora é exatamente que os dois líderes recrutem apoios para fazer aprovar na

Comissão de Organização dos Poderes as idéias básicas do projeto de Saulo Ramos.

Esquema Sarney — E essas idéias são um parlamentarismo sem dissolução do Parlamento; um primeiro ministro restrito ao papel de auxiliar e demissível *ad nutum* de acordo com a vontade do presidente da República; a impossibilidade de o parlamento destituir o gabinete; além da concentração nas mãos do presidente dos papéis de chefe de estado e de governo.

"O presidente sugerir uma coisa dessas é uma afronta à Assembléia Constituinte", declarou o senador José Fogaça ao ser informado. "Eu não consigo acreditar nisso", foi a resposta de Egídio Ferreira Lima, o relator da Comissão de Organização dos Poderes.

"Esse é o regime que o presidente Sarney aceita. Ele reconhece que, como está, o governo precisa sofrer uma alteração e contar com maior participação das regras parlamentares", diz Carlos Sant'Anna, desde ontem empenhado em seguir as instruções do presidente, segundo as quais o governo deve arremeter o maior número possível de constituintes para atropelar o projeto de Egídio Ferreira Lima.

"A idéia básica é alterar radicalmente o projeto de Egídio para dar-lhe as feições desejadas pelo presidente", conta

Sant'anna. Para isso, seus seguidores farão tudo para aprovar durante a votação do projeto as emendas apresentadas por Borges da Silveira (PMDB-PR), Expedito Machado (PMDB-CE) e Marcos Lima (PMDB-MG). Essas emendas traduzem com fidelidade os principais artigos do projeto elaborado no gabinete de Saulo Ramos.

Experiência — Reconhecendo de antemão que a votação vai gerar intermináveis polêmicas, o grupo de Sant'anna já chegará com um argumento para negociação: "O presidente admite que todo o gabinete, sem exceção dos ministros militares, fique sujeito a moções de censura do Parlamento", diz o líder do governo, frisando que, em hipótese alguma, se admitirá moções individuais de censura contra os ministros militares.

Outra concessão que, segundo o grupo, servirá para a negociação: de acordo com Sant'Anna, o presidente aceita que a Câmara rejeite até três vezes o nome que ele apresentar para primeiro-ministro. Na terceira rejeição porém ele indicará quem quiser, mas sempre um parlamentar. Após a assinatura do decreto-lei com essa indicação, a Câmara tem cinco dias para referendar o primeiro ministro. Segundo José Lourenço, "o que Sarney não aceita é esse parlamentarismo que o Egídio está querendo aprovar".